



O CONTEXTO DE MUDANÇAS DO ENSINO MÉDIO E AS IMPLICAÇÕES PARA A DOCÊNCIA: UMA ANÁLISE DA LEI 13.415 DE 2017 E DA BNCC

Leidimara Demozzi

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) e bolsista da FAPESC

Aline Cassol Daga Cavalheiro

Professora do Departamento de Letras da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)
aline.daga@uffs.edu.br

1. Introdução

O Ensino Médio, por constituir etapa final da educação básica, apresenta fundamental importância no desenvolvimento dos jovens. Conforme destaca a Lei 9.394 de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, essa etapa de ensino, além de consolidar e aprofundar os conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, tem a finalidade de preparação básica para o trabalho; aprimoramento do estudante como pessoa, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico, bem como a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria e a prática no ensino dos componentes curriculares.

Nos últimos oito anos, principalmente em função da aprovação da Lei 13.415 de 2017, foram implementadas mudanças significativas no Ensino Médio, entre elas a definição de uma nova organização curricular que contempla uma Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Essas mudanças afetaram a docência em Língua Portuguesa e Literatura, uma vez que promoveram mudanças, tanto no sentido social como no sentido pessoal desse agir.

Isso posto, este trabalho constitui um recorte da pesquisa em andamento “Os sentidos do agir docente em Língua Portuguesa e Literatura no contexto do Ensino Médio”, a qual tem interesse em investigar os sentidos da atividade docente, atentando mais especificamente para o sentido atribuído à docência pelos professores de Língua Portuguesa e Literatura no Ensino Médio da rede estadual de Santa Catarina. Articulada ao campo da educação linguística, possui relevância por destacar a formação da consciência e do desenvolvimento do gênero humano se justifica uma vez que as implicações das mudanças de sentido para o agir docente em Língua Portuguesa no Ensino Médio, em decorrência do modo como a educação, nessa etapa de ensino, vem se configurando impactam de forma significativa na formação de jovens e, por conseguinte, na construção de determinado modelo de sociedade.



Essa análise, embasada nos pressupostos da Psicologia Histórico-Cultural - a qual considera o desenvolvimento humano como um processo dinâmico e social, inseparável das condições históricas e culturais - culminará em respostas que poderão promover, para os educadores em Língua Portuguesa e Literatura, o entendimento sobre seu papel no processo de ensino-aprendizagem.

Assim, para que o objetivo geral da pesquisa possa ser alcançado, qual seja a análise dos sentidos da docência em Língua Portuguesa e Literatura atribuídos por professores que atuam no Ensino Médio, delineamos objetivos específicos. O primeiro deles é contextualizar o processo de reforma do Ensino Médio, considerando o cenário das mudanças implementadas em Santa Catarina a partir do Currículo Base do Território Catarinense.

Outro objetivo específico a cumprir é discutir as relações entre os significados sociais e os sentidos pessoais atribuídos ao fazer docente na área de língua portuguesa por professores que atuam no Ensino Médio. Para isso, consideramos os pressupostos teóricos da Psicologia Histórico-Cultural. Neste trabalho, considerando que a pesquisa ainda está em andamento, nossa atenção volta-se para a descrição e análise dos documentos no sentido de respondermos ao primeiro objetivo específico já exposto acima.

2. Metodologia

Com relação à metodologia, seguimos a lógica do materialismo histórico-dialético, como instrumento de reflexão teórico-prática, a ser utilizado para que a realidade superficial seja superada, visando alcançar, assim, uma realidade concreta, analisada e entendida em seus diversos e contraditórios aspectos. Conforme Vygotsky (1995), os princípios do método dialético são a análise de processos, na busca pelo movimento explicativo.

Neste trabalho discutiremos a reforma no Ensino Médio, implementada, de forma geral, a partir de 2022, considerando a Lei nº 13.415/2017 e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) como documentos-base para nossa análise documental. Consideramos fundamental compreender o contexto dessa reforma, bem como suas motivações, uma vez que isso tem implicações para o agir docente em Língua e Literatura no Ensino Médio na rede estadual de Santa Catarina.

3. Resultados e discussão

As mudanças apresentadas para o Ensino Médio, estabelecidas pela Lei nº



13.415/2017, afetaram de modo significativo, como já dissemos, a formação dos estudantes. O modelo contempla mudanças estruturais na organização curricular, visando aproximar a educação das demandas contemporâneas do mercado de trabalho e do desenvolvimento individual dos estudantes.

O objetivo central é oferecer um ensino mais flexível, diversificado e alinhado às diferentes trajetórias pessoais e profissionais dos jovens. Entre as principais alterações está a ampliação do tempo mínimo do estudante na escola de 800 horas para 1.000 horas e a organização do currículo por áreas do conhecimento (Matemáticas e suas Tecnologias, Linguagens e suas Tecnologias, Ciências da Natureza e suas Tecnologias e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas) e também prevê a formação técnica e profissional (FTP), além de oferecer itinerários formativos que constituem, segundo BNCC (2018), um conjunto de disciplinas, projetos, oficinas, núcleos de estudo, as quais os estudantes poderiam escolher no ensino médio. A lei dispõe, também, sobre o desenvolvimento de projetos de vida dos estudantes.

Com relação ao processo de ensino, o texto da Base destaca que as aprendizagens essenciais devem garantir, aos estudantes, o desenvolvimento de dez competências gerais. De acordo com o documento, competência pode ser definida como: “a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho”(BNCC, 2018, p. 08).

As competências gerais definidas pela BNCC estão relacionadas à seguintes temáticas: o desenvolvimento do pensamento crítico e reflexivo; o protagonismo juvenil; a capacidade de resolver problemas e de se comunicar; a formação de atitudes e responsabilidade social; uso consciente das tecnologias digitais; desenvolvimento de autonomia e conhecimento e valorização da diversidade e dos direitos humanos. Além das competências gerais, a BNCC define competências para cada área do conhecimento e as habilidades a serem desenvolvidas, as quais são os conhecimentos e práticas que precisam ser dominados para atingir essas competências.

O Ensino Médio no estado de Santa Catarina segue as diretrizes da BNCC. O Currículo Base do Território Catarinense (CBTC) organiza os componentes curriculares em áreas do conhecimento e preconiza o desenvolvimento de competências, além de incluir conteúdos que respeitem as particularidades locais, como a diversidade cultural, as tradições e as necessidades específicas da população catarinense.



Com relação ao aspecto metodológico, uma grande mudança implementada no Ensino Médio foi o foco no desenvolvimento de competências, metodologia considerada por estudiosos em Educação como uma corrente educacional contemporânea que valoriza o pilar do aprender a aprender. De acordo com Duarte (2001), pesquisador da Pedagogia Histórico-Crítica, a qual mantém pontos convergentes com a Psicologia Histórico-Cultural, a pedagogia das competências integra uma grande corrente educacional contemporânea designada por ele de “teorias do aprender a aprender”. De acordo com o autor, para essas teorias, “além do aluno buscar por si mesmo o conhecimento e nesse processo construir seu método de conhecer, é preciso também que o motor desse processo seja uma necessidade inerente à própria atividade do aluno” (Duarte, 2001, p. 36). Nesse sentido, o professor deve atuar como facilitador ou incentivador no processo. Ainda, de acordo com Duarte (2001), para essas teorias, o aprendizado construído pelo próprio estudante tem maior valor educativo e social do que o conhecimento transmitido por outros, sendo o processo de construção do saber mais relevante que o saber já elaborado.

Esse contexto, em nossa compreensão, afetou significativamente o agir do docente do componente curricular de Língua Portuguesa e Literatura, impactando no sentido que os professores atribuem à docência, especialmente no Ensino Médio. Conforme destacam Pessoa e Leonardo (2020, p. 03), “o modo como o professor vivencia seu papel e elabora suas ações de ensino incide diretamente na maneira como os alunos podem ou não se apropriar dos conhecimentos escolares.” Esse entendimento acerca dos sentidos da atividade docente vai ao encontro dos pressupostos da Psicologia Histórico-Cultural, a qual destaca como fundamental o papel da educação escolar e do professor ao mediar conhecimentos historicamente produzidos.

É com o interesse em compreender como esse processo de mudanças implementadas, no Ensino Médio, nos últimos anos, afeta a atividade docente e, por conseguinte, o processo formativo dos estudantes que a pesquisa busca, partindo da realidade aparente, apreender as determinações profundas que estruturam essa realidade.

4. Considerações finais

É fundamental considerar que, no cenário brasileiro dos últimos anos, o Ensino Médio vem passando por mudanças justificadas pelos altos índices de evasão e reprovação, bem como pela falta de relação entre o modelo pedagógico e as necessidades do mundo do trabalho. No



entanto, é preciso compreender as reais intenções de relacionar o modelo pedagógico e as necessidades do mundo do trabalho, uma vez que a BNCC apresenta um discurso que incentiva o protagonismo do estudante.

Com relação ao CBTC, há referência à Proposta Curricular do estado de Santa Catarina, a qual tem suas bases na Psicologia Histórico-Cultural e apresenta uma visão diferente sobre o papel do professor, sobre os conhecimentos a serem trabalhados na escola, sobre o trabalho e sobre a formação humana. A BNCC tem foco no desenvolvimento de competências e valoriza o pilar do aprender a aprender, descaracterizando o papel do professor conforme defendido pela Psicologia Histórico-Cultural e pela Pedagogia Histórico-Crítica.

Referências

ASBAHR, F. da S. F. **Sentido pessoal e projeto político pedagógico: análise da atividade pedagógica a partir da psicologia histórico-cultural**. Dissertação de mestrado. Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, 2005.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/abril-2018-pdf/85121-bncc-ensino-medio/>. Acesso em: 15 de dezembro de 2024.

BRASIL. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 12 agosto 1971. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/>. Acesso em: 19 de abril de 2025.

BRASIL. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dezembro 2023. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/>. Acesso em: 19 jun. 2025.

DUARTE, N. **As pedagogias do “aprender a aprender” e algumas ilusões da assim chamada sociedade do conhecimento**. Revista Brasileira de Educação, Belo Horizonte, n. 18, p. 35-40, 2001. DOI: 10.1590. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782001000300004>. Acesso em: 25 jun. 2025.

PESSOA, Camila T.; LEONARDO, N. S. T. **Sentido pessoal e atividade docente pela Psicologia Histórico-Cultural**. Revista de educação PUC – Campinas, vol. 25, e204611, 2020.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado de Educação. **Proposta curricular**. Disponível em: <https://www.sed.sc.gov.br>. Acesso em: 15 de maio de 2025.

VYGOTSKY, L. S. **A Formação social da mente**. José Cippola Netto e Solange Castro Afeche. São Paulo: Martins Fontes, 1995.